NÃO DEMOCRATIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Autor(res)

Jocelino Tramontin Da Silva
Marco Antonio De Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

A garantia do acesso universal ao saneamento básico de qualidade, no Brasil ainda é um grande desafio para nossa democracia. Como em outros serviços públicos essenciais, o déficit denuncia o atraso do País na garantia de direitos básicos como acesso à água e ao destino seguro de resíduos sólidos.
A exclusão, a desigualdade e a baixa qualidade dos serviços são produto de um modelo de desenvolvimento vinculado ao modo de produção capitalista e, como tal, promotor de contradições, antagonismos e iniquidades.
Nessa perspectiva, é necessário rever as relações entre Estado, capital e sociedade, e, mais especificamente, a prioridade do Estado no campo das políticas públicas e sociais, pois os desafios da universalização se colocam em diversas dimensões, não só na política-ideológica, como também na institucional, de financiamento, de gestão, da matriz tecnológica, da participação e controle social, dentre outras.

Objetivo

Analisar a aplicabilidade das políticas públicas de democratização do saneamento básico enquanto instrumento de promoção de direitos humanos no Brasil.

Material e Métodos

Na condução desta pesquisa efetuamos a busca de materiais com conteúdo relevante, tais como o próprio texto constitucional, a legislação específica, artigos de publicações especializadas e outras fontes que enfrentam o tema em questão, a partir do que realizamos a coleta de dados.
Tomando por base o método da revisão bibliográfica, passamos então a leitura da produção legislativa e acadêmica em referência, textos estes previamente selecionados, e a partir dos quais foi possível que este trabalho viesse a lume.

Resultados e Discussão

Analisando a legislação acerca das políticas públicas de saneamento básico no Brasil, bem como material produzido por grupos interessados na aprovação de um novo marco regulatório setorial, em 2007, identificamos as principais fontes de incentivo instituídas pelo Plano Nacional de Saneamento, as quais explicam determinados aspectos estruturais na política atual de saneamento e sua forte resistência às inovações propostas no contexto democrático.

A universalização do saneamento básico de qualidade no Brasil envolve amplo esforço político-ideológico dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, no sentido de levar as ações para o campo do direito social, com forte ação do Estado.

A democratização dos processos de decisão é estratégia que exige o reconhecimento da autonomia dos movimentos sociais e de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Só dessa forma poderão se forjar condições históricas para uma conjuntura de transformação social no Brasil.

Conclusão

Da discussão sobre o saneamento básico e a não participação democrática no processo, pode-se perceber que está submetida e condicionada por movimentos de continuidade e descontinuidade que não se dão de forma neutra, inseridos na complexidade do contexto socio-político do momento.

A priorização dos investimentos deve superar a visão econômica e incorporar outras variáveis, principalmente, a social, de saúde e a ambiental, como previsto na Lei Nacional de Saneamento Básico.

Referências

BEHRING, E. R. Política social no capitalismo tardio 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BORJA, P. C. Panorama do saneamento básico no Brasil: análise situacional dos programas e ações federais. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2011.

CASTRO, J. E. A participação privada nos serviços de saneamento: lições da experiência internacional. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Coletânea sobre saneamento básico e a Lei 11.445/2007, 2009.

PEIXOTO, J. B. Sustentabilidade econômica e remuneração da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário: regulação econômica e fontes de financiamento. In: BRASIL. Ministério das Cidades. Coletânea sobre saneamento básico e a Lei 11.445/2007, 2009.

REZENDE, S. Panorama do saneamento básico no Brasil: investimentos em saneamento básico: análise histórica e estimativa de necessidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.